

A renegociação prossegue em seu curso, sem confronto

As linhas de crédito a curto prazo a bancos brasileiros vêm sendo, em sua maioria, renovadas, se bem que a prazos inferiores aos anteriormente contratados. Isso significa que o processo de renegociação da dívida externa brasileira venceu um novo teste. Ninguém imaginava que, depois de decretada a suspensão dos pagamentos dos juros sobre a dívida a longo prazo, o País não viesse a ter problemas no relacionamento com os bancos internacionais. Mas, pelo que se observa, mais uma vez, os dois lados estão firmemente dispostos a evitar um confronto.

Não se pode, a essa altura, quantificar o total das linhas de crédito renovadas ou em processo de renovação. Mas não é arriscado dizer que a cifra deverá continuar muito próxima de US\$ 15 bilhões, ou seja, não muito diferente do que anteriormente ocorria.

Para evitar maiores problemas para as empresas com o encurtamento do prazo dos financiamentos, uma das medidas em estudo, como já mencionamos nestas colunas, é a complementação

pelo Banco Central do valor dos adiantamentos sobre contratos de câmbio, utilizando o contravalor em cruzados das remessas de dólares que deveriam ser feitas ao exterior em pagamento de juros.

Sendo esse o quadro, está aberto o caminho para as negociações diretas com os bancos credores. Alguns dirigentes de bancos internacionais, aliás, estranharam que o governo brasileiro, logo em seguida à decretação da moratória, não tivesse tomado a providência de iniciar negociações diretas com eles. O governo do presidente José Sarney preferiu, em vez disso, enviar o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, às capitais dos principais países credores para expor de viva voz às suas autoridades os motivos que levaram o País a tomar tal atitude. Esse gesto deixou claro que o Brasil espera que a solução dos problemas de endividamento, não só do País como também da América Latina, seja também tratada como um problema dos governos, e não exclusivamente da área privada. A política de "hands off" dos governos dos países industria-

lizados, na realidade, deixou de ter sentido.

Mas, cumprida essa etapa, e tendo em vista a manifestação de boa vontade dos bancos na renovação das linhas de curto prazo, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, vai encontrar-se no próximo dia 10 com o comitê de bancos credores. Nessa ocasião, como consta do comunicado divulgado pelos bancos, Gros vai expor a nova linha da política econômica do governo e medidas provisórias que o País poderá tomar no tocante à dívida externa.

Sendo esta a programação estabelecida, carece de maior importância a decisão de um comitê interdepartamental do governo americano de classificar como sub-"standard", ou abaixo do padrão, a dívida externa brasileira de longo prazo. A decisão é extemporânea e só deveria ser anunciada noventa dias depois do não pagamento das parcelas de juros vencidas em fevereiro. A classificação levará os bancos americanos a considerar como "non-performing" empréstimos concedidos ao País, lançando o valor

dos juros não pagos na coluna dos prejuízos.

Isso poderia ter sido evitado se o governo brasileiro, ao determinar a suspensão dos pagamentos dos juros, tivesse fixado um prazo. Se este fosse, digamos, de noventa dias, as parcelas dos juros poderiam sem "roladas", evitando problemas contábeis para os bancos credores. Mas tal rolagem, embora devesse poupar reservas, poderia criar uma situação incômoda se o desempenho da balança comercial nos primeiros meses do ano deixasse de produzir superávits substanciais, como vem acontecendo.

Por todos esses motivos é que se espera uma negociação com os bancos internacionais bastante prolongada. Somente quando a conta de comércio apresentar saldos mais significativos e quando a posição das reservas não estiver tão ameaçada é que poderá haver um acordo entre o Brasil e os bancos internacionais. E esse resultado depende, fundamentalmente, da direção a ser imprimida à política econômica. Ou seja, do plano que os bancos internacionais não se cansam de solicitar.